

representa^{coop}

relações
institucionais

INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[semanal]

IRP Nº 51 – ano 2025

22 a 23 de dezembro de 2025



Sumário

- EXPECTATIVAS PARA O ANO ELEITORAL DE 2026;
- A REEEIÇÃO NA DISPUTA PRESIDENCIAL NO BRASIL;
- APROVAÇÃO E DESAPROVAÇÃO DO GOVERNO EM LINHA HISTÓRICA;

EXPECTATIVAS PARA O ANO ELEITORAL DE 2026

O ano de 2026 se apresenta como um marco relevante para o ambiente político e institucional, tanto no Brasil quanto no cenário internacional. No plano doméstico, o processo eleitoral tende a influenciar de forma significativa a dinâmica entre Executivo e Legislativo, o ritmo de tramitação de matérias estratégicas e o comportamento das bancadas, especialmente no segundo semestre. A expectativa é de maior cautela na aprovação de reformas estruturantes, com prioridade para pautas de apelo social, fiscal e federativo, além de temas sensíveis aos estados e municípios.

Pesquisas recentes mostram que o tema da violência e da segurança pública é o que mais preocupa a população de nosso país, e deve aparecer como tema central debate eleitoral de 2026. Outros temas relevantes são a economia e a saúde da população.

No cenário internacional, 2026 sucede um ciclo menos intenso de eleições em grandes democracias, um ano de estabilidade em um contexto de reorganização geopolítica, tensões comerciais, desafios climáticos e transições energéticas. Mudanças nos governos e nos parlamentos ao redor do mundo tendem a impactar agendas multilaterais, fluxos de comércio, políticas ambientais e cadeias globais de produção, com reflexos diretos para países exportadores e economias integradas, como o Brasil.

Os olhos do mundo estarão voltados para as eleições gerais no Brasil, sem dúvidas a eleição mais importante de 2026 entre as democracias. Para as Relações Institucionais, o período reforça a necessidade de planejamento estratégico, monitoramento contínuo do processo político-eleitoral e fortalecimento do relacionamento com lideranças políticas, contribuindo para a defesa de pautas estruturantes e para a qualificação do debate público.

Principais eleições no mundo em 2026



Eleições gerais no Brasil – out./2026;



Eleições parlamentares nos EUA – nov./2026;



Eleições presidenciais em Portugal jan./2026;



Eleições locais na França jan./2026;



Eleições gerais na Colômbia mai./2026;



Eleições gerais no Peru abr./2026;

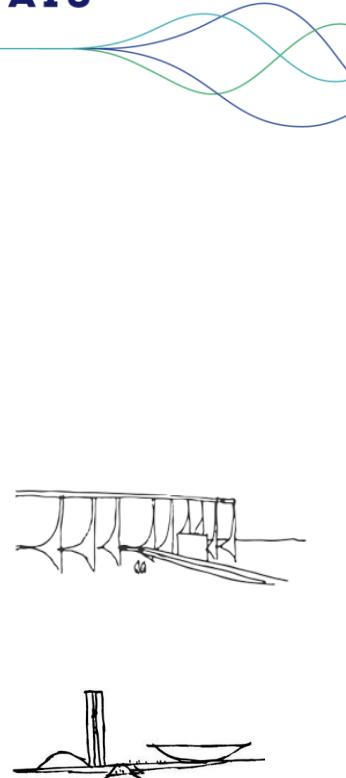
A REEEIÇÃO NA DISPUTA PRESIDENCIAL NO BRASIL

Concorrer à reeleição como incumbente em um sistema presidencialista como o brasileiro oferece uma vantagem estrutural poderosa: o controle da agenda. O **presidente em exercício dispõe de instrumentos institucionais, simbólicos e materiais que nenhum desafiante possui: visibilidade permanente, capacidade de definir prioridades públicas e influência direta sobre o ritmo das decisões econômicas e políticas**. Em um país de forte presença estatal e elevada dependência de políticas públicas, o incumbente fala diariamente com o eleitor por meio de ações de governo, anúncios, programas sociais e articulações federativas. Em termos de poder bruto, largar do Planalto ainda é largar na frente.

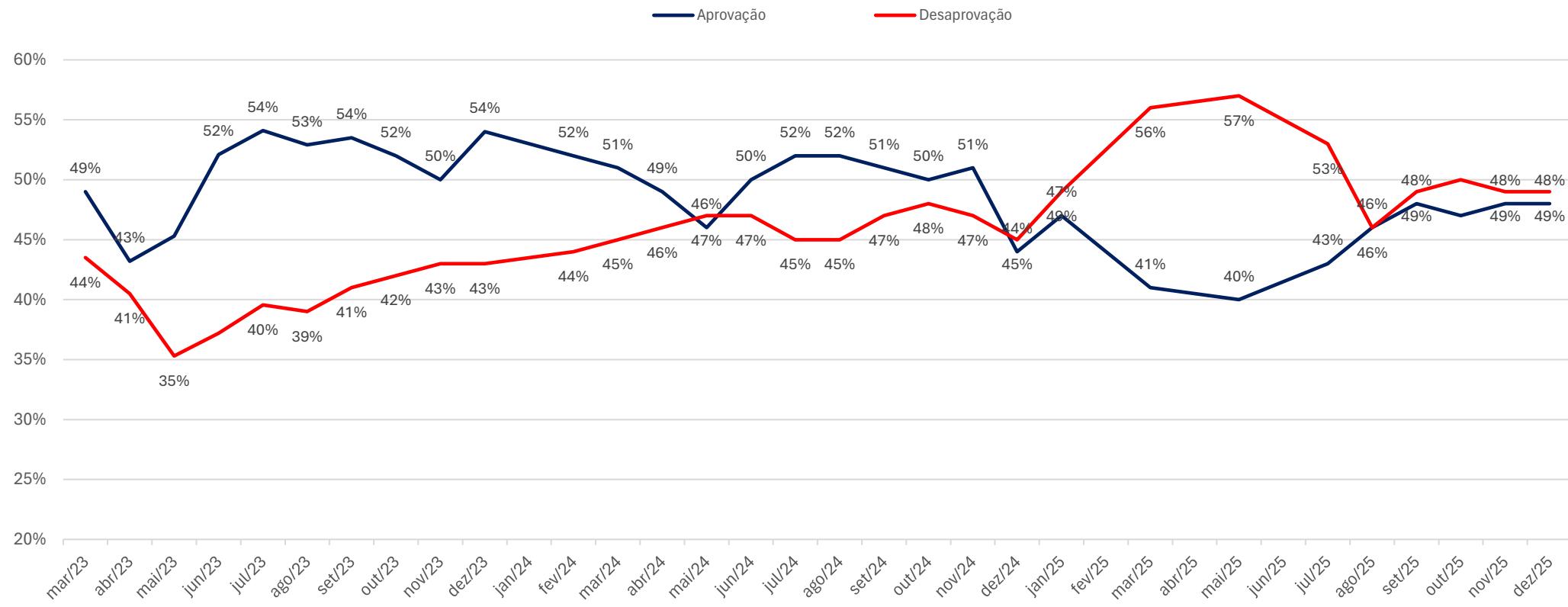
Essa vantagem, **no entanto, vem acompanhada de um custo elevado: governar é decidir, e decidir é desagradar**. Diferentemente de sistemas parlamentaristas, onde responsabilidades são diluídas, o presidencialismo brasileiro personaliza o sucesso e, sobretudo, o fracasso. Crises econômicas, tensões fiscais, conflitos com o Congresso ou episódios de instabilidade institucional recaem diretamente sobre o presidente. O incumbente não disputa uma eleição apenas contra adversários, mas contra o próprio histórico recente de governo, um retrospecto constantemente reavaliado por um eleitorado sensível a inflação, emprego, renda e serviços públicos.

Há também uma dimensão política mais sutil: quanto mais tempo no poder, maior a erosão da coalizão. O presidencialismo de coalizão exige negociação permanente com um Congresso fragmentado, no qual alianças são pragmáticas e voláteis. **Ao longo do mandato, o incumbente acumula desgaste com parceiros, enfrenta deserções e passa a conviver com um Legislativo que, em ano eleitoral, tende a se autonomizar e a maximizar seus próprios ganhos, como o atual congresso faz com as emendas parlamentares**. O presidente continua forte institucionalmente, mas politicamente assume ônus sozinho mesmo sem governar sozinho, um paradoxo típico do sistema brasileiro.

Por fim, o incumbente enfrenta um dilema estratégico clássico: governar pensando no médio prazo ou ajustar a máquina para o curto prazo eleitoral. Medidas responsáveis, mas impopulares, podem comprometer a reeleição; políticas expansionistas e distributivas podem aliviar o humor social, mas gerar riscos fiscais e institucionais. No Brasil, onde eleições são altamente polarizadas e emocionalizadas, essa escolha costuma definir o destino do incumbente. **A vantagem inicial é real, mas não garantida**. Em democracias presidencialistas complexas, o poder ajuda a vencer eleições até o momento em que passa a ser o principal alvo delas. Mas o que dizem as pesquisas sobre o atual governo?



APROVAÇÃO E DESAPROVAÇÃO DO GOVERNO EM LINHA HISTÓRICA



Fonte: GETEC-RI/OCEPAR com base nos dados de pesquisas de opinião;

ANÁLISE DAS PESQUISAS DE AVALIAÇÃO

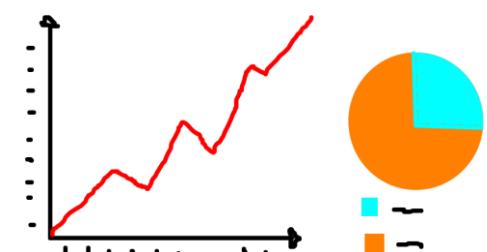
O gráfico evidencia um cenário de elevada volatilidade na avaliação popular do governo ao longo do período analisado, com oscilações frequentes entre aprovação e desaprovação e ausência de uma tendência sustentada de maioria clara. Entre 2023 e boa parte de 2024, observa-se uma aprovação relativamente estável, **majoritariamente acima dos 50%**, acompanhada por níveis de desaprovação mais contidos, sugerindo um período de maior previsibilidade política e institucional.

A partir do segundo semestre de 2024 e, sobretudo, ao longo de 2025, o quadro se altera de forma significativa. A aprovação entra em trajetória de queda, enquanto a desaprovação cresce de maneira consistente, chegando a superar a marca dos 55% em alguns momentos de 2025. Esse movimento indica um desgaste progressivo da imagem do governo, possivelmente associado a fatores econômicos, fiscais, políticos e à intensificação de conflitos no debate público.

Nos meses finais da série, observa-se uma reaproximação entre aprovação e desaprovação, ambas girando em torno de patamares próximos a 48%–49%. Esse empate técnico sugere um ambiente de polarização consolidada, no qual o governo mantém uma base relevante de apoio, mas enfrenta dificuldades para expandi-la de forma decisiva. Trata-se de um cenário típico de pré-ciclo eleitoral, marcado por opiniões cristalizadas e menor margem para reversões rápidas de percepção.

Do ponto de vista eleitoral, as implicações para 2026 são relevantes. A ausência de uma aprovação majoritária confortável tende a tornar o processo eleitoral mais competitivo, aumentando a importância de alianças políticas, da capacidade de mobilização territorial e do discurso voltado a temas sensíveis ao eleitorado, como custo de vida, emprego, políticas sociais e estabilidade econômica. **Ao mesmo tempo, a elevada desaprovação cria espaço para a emergência ou fortalecimento de candidaturas oposicionistas**, especialmente aquelas capazes de dialogar com eleitores insatisfeitos, mas ainda não plenamente alinhados a um projeto alternativo.

Para o ambiente institucional e para as Relações Institucionais, esse cenário sugere maior cautela do governo e do Congresso na condução da agenda legislativa em 2026, com tendência à priorização de **pautas de impacto imediato e menor disposição para reformas estruturais de alto custo político**. A leitura do gráfico reforça a necessidade de monitoramento contínuo do humor social e do posicionamento dos atores políticos, uma vez que a dinâmica eleitoral tende a influenciar diretamente o processo decisório e a previsibilidade das políticas públicas no período pré-eleitoral.



Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link
<https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua
sugestão e/ou opinião.

